

Os efeitos regionais da estabilização

Dúvida Pública

Armando Avena *

Os analistas econômicos vêm alertando com alguma frequência que a globalização e a abertura econômica têm efeitos diferenciados em termos regionais. É um fato incontestável que pode ser estendido para a criação de blocos econômicos, tipo Mercosul. Há, porém, outro alerta que a

maioria dos analistas vem esquecendo e que possui idêntica importância para a compreensão das

desigualdades regionais no País. Trata-se da constatação de que a estabilização da economia tem efeitos regionais diferenciados.

Tome-se, por exemplo, as dívidas dos estados brasileiros. Para estabilizar a economia é indispensável reverter o déficit público e essa meta só será efetivada quando for equacionada a questão da dívida dos estados. Ocorre, porém, que o grosso dessa dívida está

concentrado nos estados do Sudeste, que se endividaram para construir grandes obras de infra-estrutura que tornaram suas economias mais competitivas. Pois bem, a necessidade de equacionar as contas públicas vai fazer com que essa infra-estrutura seja financiada por todos os estados brasileiros, já que o governo deve encampar a dívida dos estados. Ou se-

ja, o governo federal pune os estados não-endividados e premia aqueles que geriram de forma incompetente suas finanças.

Outro exemplo é a política de manutenção de altas taxas de juros como forma de atrair capital externo e/ou reduzir o aquecimento da economia. Qualquer economista iniciado nas diatribes keynesianas sabe que um empresário antes de investir uma unidade a mais de capital faz uma comparação entre a taxa de juros de mercado e a taxa de retorno espera-

da do capital. Se a taxa de juros for maior que a taxa de retorno, o empresário não investe, prefere aplicar no mercado financeiro. Pois bem, essa comparação simples, que Keynes chamou de eficiência marginal do capital, demonstra que a política de juros altos prejudica muito mais o Nordeste do que o Sudeste, pelo menos no que se refere aos investimentos. Isso

porque, em função da distância dos mercados, da deficiência de infra-estrutura, da falta de mão-de-obra qualificada, da inexistência de economias de aglomeração e outras coisas mais, a taxa de retorno dos investimentos na região nordestina é menor do que no Sudeste, o que força para baixo as perspectivas de investimento na região. Isso é uma fatalidade inerente ao subde-



envolvimento regional, pois, quando a taxa de juros está baixa, o fenômeno ocorre, mas sua ocorrência numa economia aquecida e com pata-

mar de juros mais baixos é menos dramática, já que a tendência ao investimento é ampliada e o diferencial pode ser coberto com maior produtividade ou até com incentivos fiscais de pouca monta.

A política de concessão de serviços públicos e privatização caminha na mesma direção. No caso das concessões é óbvio, por exemplo, que o empresário privado irá investir seus recursos e ampliar os investimentos em rodovias de alto volume de tráfego, quase todas localizadas no Sudeste do País. Na Bahia, por exemplo, além da Salvador-Feira, da Estrada do Coco, e da ligação

Ilhéus-Itabuna, que outras estradas seriam do interesse do empresariado? Como se não bastasse, o Plano de Metas estabelecido pelo governo federal, que poderia diminuir essa tendência com maior alocação de obras de infra-estrutura nas regiões mais carentes, atua no sentido de concentrar as grandes obras de infra-estrutura na direção Centro-Oeste/Sudeste. A re-

vista Balanço Anual, editada pela Gazeta Mercantil, mapeou os projetos de infra-estrutura do governo até 1998 e aí pode se veri-

ficar que mais de 80% dos novos projetos estão localizados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, cabendo à região Nordeste somente dois projetos, a hidrovía do São Francisco, um investimento de apenas R\$ 10 milhões, e a conclusão de Xingó. É verdade que a política de estabilização também afeta de forma diferenciada os estados das regiões

Sul e Sudeste, especialmente no que diz respeito à política cambial, que, ao manter defasado o câmbio, prejudica sobremaneira aqueles estados com economias menos diversificadas e mais voltadas para a exportação, mas os efeitos da política se fazem sentir com mais vigor nas regiões menos desenvolvidas.

Naturalmente a constatação de que a política de estabilização produz efeitos regionais diferenciados não pode obscurecer a necessidade de controlar os índices de inflação, mas pode clarear um pouco mais a urgente necessidade do estabelecimento de políticas compensatórias que possam reduzir os efeitos negativos nos estados mais pobres da federação. ■

Políticas compensatórias são necessárias para enfrentar os efeitos regionais da estabilização

* Economista, professor da Universidade Federal da Bahia, assessor da Secretaria do Planejamento e presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia.